

Conhecendo o processo legislativo

Servidores municipais, vereadores do projeto Câmara da Melhor Idade, pré-candidatos a eleições deste ano e representantes da sociedade em geral marcaram presença no dia 1º de abril, na palestra “Processo Legislativo no Âmbito Municipal”, ministrada pelo advogado e assistente de plenário da Câmara, Alexandre Augusto da Cunha Dini.

pareceres pelas comissões competentes até a aprovação ou rejeição do projeto de lei, em primeira e em segunda votação, o encaminhamento ao Executivo para sanção ou veto, a promulgação e a vigência da lei.

SOBRE O PALESTRANTE

Alexandre é bacharel em Direito pela Universidade Presidente Antônio Carlos em Ubá, pós-graduado em Gestão Pública Municipal pela UFJF e pós-graduado em Direito do Trabalho pela Universidade Cândido Mendes. É servidor da Câmara Municipal de Ubá na função de Assistente de Plenário.

Na oportunidade, o palestrante explicou como são criadas as leis que regem nosso município, quais são os princípios gerais da administração pública e fez um apanhado sobre os principais assuntos relacionados aos processos legislativos na esfera municipal. “A abordagem deste assunto é de fundamental importância para que futuros vereadores possam conhecer e cumprir adequadamente as responsabilidades, atribuições e deveres da vereança”, ressaltou Alexandre.

Os participantes também puderam conhecer as funções, atribuições, incompatibilidades e proibições impostas aos vereadores e esclarecer dúvidas, entre as quais, o funcionamento das comissões especiais e suas atividades, a realização de reuniões ordinárias e extraordinárias, etc.

Alexandre Dini explicou todo o processo legislativo desde a criação do anteprojeto, passando pela leitura em reunião ordinária, a emissão de



O passado no presente: fotografias de ruas e avenidas da antiga Ubá são expostas na Câmara

Ruas tranquilas, casario colonial, calçamento de pedras, trilhos de bonde, homens de chapéus panamá, damas de sombrinha e meninos de suspensório... uma Ubá bem diferente da cidade em que vivemos hoje foi apresentada na Câmara Municipal de Ubá no mês de abril.

Trata-se da exposição de fotografias intitulada: “Ubá - Ruas e Praças da Cidade”, do acervo do colecionador Miguel Arcanjo de Paula Batista. O objetivo da mostra foi despertar nos visitantes o interesse pela memória de Ubá e recompor a história da cidade por meio das fotografias.

Foram apresentadas cerca de 150 fotografias das ruas e praças do centro da cidade de uma época em que Ubá se restringia a poucas vias: Rua Peixoto Filho, Rua Coronel Carlos Brandão, ,

Av. Comendador Jacinto Soares de Souza Lima, Praça da Independência, Praça do Rosário, Praça Guido Marlière, Av. Cristiano Roças, Praça São Januário, Av. Raul Soares, Rua São José, Praça Getúlio Vargas, Rua Santa Cruz e etc.

Durante o período da exposição foram realizadas palestras sobre a importância do resgate da memória para construção da história de um povo ministradas por Miguel Batista.

O acervo pessoal do colecionador existe há 10 anos e segundo Batista, aumenta a cada ano com a contribuição de pessoas que doam fotos antigas de arquivos familiares: “Esta coleção é um registro de uma época que precisa ser conhecida por todos os ubaenses que amam esta cidade, sejam crianças, jovens e adultos”, disse Miguel.



O COLECCIONADOR

Miguel Arcanjo de Paula Batista é contador, presidente da Associação Comercial e Industrial de Ubá (ACIUBÁ) e proprietário do escritório de contabilidade Contabiliza. Também foi professor na Faculdade Ozanam Coelho (FAGOC).



Participação política e cidadania começam na infância



Cerimônia de lançamento do projeto Câmara Mirim, realizada pela Escola do Legislativo da CMU, reúne autoridades e comunidade escolar.

Pág 03

Legislativo denuncia ao MP irregularidades em loteamentos

Desrespeito à previsão legal de inclinação máxima de 30% do terreno, impactos ambientais e escoamento de águas pluviais são alvo de fiscalização pela Câmara.



Pág 06

Câmara recebe exposição de fotografias da Ubá antiga

Mostra de fotografias intitulada: “Ubá - Ruas e Praças da Cidade”, do acervo do colecionador Miguel Arcanjo de Paula Batista, é visitada por estudantes.



Pág 08

Destaques Legislativos

-  **Projeto do Executivo, que versa sobre concessão de abono para os servidores do município, é rejeitado pelo Legislativo** Pág 06
-  **ALMG realiza Encontro Regional do Fórum Técnico Plano Estadual de Educação na Câmara** Pág 07
-  **“Processo Legislativo no Âmbito Municipal” é tema de palestra ministrada na CMU** Pág 08

Câmara Municipal de Ubá

Jornal O Legislativo

Expediente

Mesa Diretora
Biênio 2015/2016

Presidente:
Samuel Gazolla Lima

1º Vice - Presidente:
Rafael Faêda de Freitas (PP)

2º Vice - Presidente:
Maurício Valadão R. de Melo (PTB)

1º Secretário:
Rosângela Alfenas (PSDB)

2º Secretário:
José Alves Germano (PT)

Diretora Geral:
Maria Cláudia Mello

Assessoria Jurídica:
Carlos Augusto G. de Moraes Salles
juridico@camarauba.mg.gov.br

Assessoria de Comunicação:
Danúbia Mota
danubia.comunicacao@camarauba.mg.gov.br

Site:
www.camarauba.mg.gov.br

Endereço:
Rua Santa Cruz, 301 - Centro
Ubá - Minas Gerais

Telefone:
(32)3539-5000 (PABX)

E-mail:
contatos@camarauba.mg.gov.br

Redes Sociais:
www.facebook.com/camaramunicipaldeuba

O Legislativo

Jornalistas Responsáveis:
Danúbia Mota
(JP 11.758/MG)
danubia.comunicacao@camarauba.mg.gov.br

Gisele Caires
(JP 11.863/MG)
giselecaires@camarauba.mg.gov.br

Redação:
Danúbia Mota
Gisele Caires

Edição e Revisão:
Danúbia Mota
Gisele Caires
Maria Cláudia Mello

Diagramação:
Interminas Comunicação, Publicidade e Marketing

Fotos:
Câmara Municipal de Ubá

E-mail:
jornalismo@camarauba.mg.gov.br

Impressão:
Gráfica Editora Biquense LTDA - ME
CNPJ: 00.807.061/0001-65
Rua Arthur Bernardes, 684 - Centro
Bicas/MG

Tiragem:
3000 exemplares - Mensal

Você já conhece o aplicativo da Câmara Municipal de Ubá?

O aplicativo móvel da Câmara já está disponível gratuitamente aos cidadãos de Ubá. E já pode ser baixado em celulares do tipo smartphone ou Iphone.

Basta baixá-lo para que se possa acessar imediatamente informações sobre a Câmara.

O usuário pode também deixar sugestões, reclamações e denúncias para o vereador de sua preferência ou para todos eles.

O aplicativo também pode ser acessado pelo computador ou tablet, por meio de link no site da CMU: www.camarauba.mg.gov.br e ou pelo endereço: app.camarauba.mg.gov.br.



ACESSO A INFORMAÇÕES

“O aplicativo contém notícias produzidas pelo Departamento de Comunicação da CMU, com espaço para conhecer os vereadores e para que a população possa dar a sua sugestão, por meio de um formulário simples de ser preenchido, e com possibilidade de envio de fotos”, explicou a diretora da Câmara, Maria Cláudia Mello.

O aplicativo conta também com a tecnologia de GPS (sistema de posicionamento por satélite) e georreferenciamento (informação geográfica fornecida pela pessoa tomando suas coordenadas visíveis em um mapa).

O usuário pode se cadastrar ou enviar sugestões de forma anônima. Estas denúncias são transformadas em proposições, lidas e discutidas em plenário e após aprovação, são encaminhadas à Prefeitura de Ubá para providências. Ao

se cadastrar você pode receber informações sobre o andamento de sua denúncia pelo e-mail registrado.

RECLAMAÇÕES SE TORNAM PROPOSIÇÕES

Após uma sugestão, reclamação ou denúncia ser cadastrada a demanda é encaminhada para o vereador escolhido ou para a Comissão Especial relativa àquele assunto. Em seguida, é transformada em proposição e levada ao plenário para votação. Após ser aprovada, a proposição é enviada à Prefeitura, com a assinatura de todos os vereadores, ou seja, torna-se um documento oficial e não, apenas, uma reclamação individual.

Reivindicações sobre calçamento de vias, trânsito, limpeza urbana (lixo e capina de lotes) são as reclamações mais enviadas até agora e que se transformaram em indicações remetidas pela Câmara ao Poder Executivo.

CÂMARA NAS COMUNIDADES

+ CIDADANIA
+ PARTICIPAÇÃO POPULAR
+ INTERAÇÃO

O projeto Câmara nas Comunidades vai ouvir a população e oferecer serviços gratuitos e informações nas áreas de saúde, meio ambiente, lazer, inclusão social, com o compromisso de desenvolver a cidadania.

PARTICIPE, VOCÊ É NOSSO CONVIDADO.

Realização:
CÂMARA MUNICIPAL DE UBÁ

Parceiros:
Divisão de Esportes da Sec. Municipal de Cultura
FAGOC
POLÍCIA MILITAR DE MINAS GERAIS
IEF
COPASA
energisa
Ettal

Câmara de Ubá sedia fórum técnico para discutir Plano Estadual de Educação

Dezenas de autoridades entre deputados, vereadores, secretários de Educação e professores da rede pública estadual de Ubá e municípios vizinhos participaram no dia 14 de abril, no plenário da Câmara Municipal de Ubá, do Encontro Regional do Fórum Técnico Plano Estadual de Educação, promovido pela Assembleia Legislativa de Minas Gerais (ALMG). Na ocasião, o deputado Dirceu Ribeiro (PHS) anunciou que o Governo de Minas está prestes a liberar R\$ 7 milhões para a construção do campus da Universidade do Estado de Minas Gerais (Uemg) em Ubá (Zona da Mata).

Presentes também o presidente da Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia da ALMG, deputado Paulo Lamac (Rede), o deputado e professor Neivaldo Lima (PT), Elida Barros, representante do Sind-Ute de Ubá, o diretor da Superintendência Regional de Ensino (SRE) de Ubá, Edmar Pereira Lopes, o vereador e professor Samuel Gazolla Lima, presidente da Câmara Municipal, o secretário de Educação de Ubá, José Geraldo de Souza Araújo e representando os estudantes presentes, Douglas Mateus de Carvalho, aluno da Escola Estadual Enídia Resende Andrade, de Juiz de Fora.

O objetivo do Fórum foi o de colher propostas da comunidade escolar e discutir o Projeto de Lei nº 2.882/2015, que estabelece o Plano Estadual de Educação em Minas Gerais, com diretrizes, metas e estratégias para a política educacional do Estado nos próximos dez anos.

Segundo o presidente da Câmara Municipal de Ubá, vereador Samuel Gazolla Lima, a realização do Fórum na cidade é importante para trazer a discussão sobre o assunto para mais perto da população e dos educadores: “Isso é fundamental para o enriquecimento do debate em nível local e valorizar a educação e os educadores”, ressaltou Samuel.

O documento foi elaborado para que Minas Gerais se ajustasse às regras do Plano Nacional de Educação, que também prevê a elaboração ou adequação de planos de educação pelos municípios. As propostas recolhidas nessas ocasiões serão debatidas na plenária final do fórum, a ser realizada na ALMG em junho.

UBÁ E MUNICÍPIOS VIZINHOS APROVAM 45 PROPOSTAS:

O encontro contou com programação ao longo de todo o dia. As atividades incluíram palestra sobre contextualização e processo de construção do Plano Estadual de Educação, com representantes da Secretaria de Estado de Educação e do Fórum Estadual de Educação.

Na parte da tarde, oito grupos de trabalho se reuniram para tratar dos seguintes temas: 1 – Acesso e universalização; 2 – Inclusão educacional, diversidade e equidade; 3 – Qualidade da educação básica; 4 – Educação profissional; 5 – Educação superior; 6 – Formação e valorização dos profissionais da educação; 7 – Gestão democrática; e 8 – Articulação entre os sistemas de educação e financiamento.

Ao final, foram apresentadas 65 propostas, sendo 45 aprovadas. Os municípios que mais apresentaram sugestões foram Ubá, Viçosa, Juiz de Fora e Ponte Nova. Os grupos 5 e 7 não tiveram sugestões novas aprovadas. Algumas das medidas aprovadas, separadas por grupo, foram:

Grupo 1: incluir a Educação Moral e Cívica no programa de ensino; manutenção do programa Poupança Jovem, garantindo sua reformulação e expansão; passe livre para alunos que percorrem grandes distâncias até a escola e para atividades extracurriculares.

Grupo 2: esse grupo criou uma nova meta, relacionada à educação de jovens e adultos:

elevar a escolaridade média da população a partir de 15 anos, com ensino fundamental incompleto, e, a partir de 18 anos, com ensino médio incompleto, com garantia de atendimento nos Centros Estaduais de Educação Continuada (Cesecs) e nos Postos de Educação Continuada (Pecons).

Grupo 3: incluir nos currículos o ensino da política e da Constituição Federal, para ampliar a consciência cívica e o discernimento dos alunos quanto à realidade social, política e cultural; e garantir o acesso ao ambiente escolar e aos espaços culturais, de esporte, lazer e entretenimento por meio de transporte público gratuito dos alunos das escolas públicas.

Grupo 4: criar programa municipal de alfabetização rural, integrado à cultura local, em parceria com órgãos ligados à agricultura familiar, com os movimentos social e sindical e com as escolas públicas; expandir a oferta de financiamento estudantil à educação profissional técnica de nível médio oferecida em instituições privadas de ensino; e ampliar a oferta de educação profissional integrada ao ensino regular e à Educação de Jovens e Adultos (EJA).

Grupo 6: instituir programas de iniciação à docência, em parceria com as instituições superiores e de educação básica; implantar programa de concessão de bolsas de estudos para professores da educação básica, dentro e fora do País; e ampliar a participação dos profissionais da educação em conferências e similares, garantindo sua liberação do trabalho.

Grupo 8: aumentar o percentual obrigatório destinado a educação pelo Estado, de 25% para 30% do orçamento; destinar, à manutenção e desenvolvimento do ensino público, todos os recursos do Fundo Social do Pré-sal, royalties e participações especiais referentes ao petróleo, à produção mineral e gás natural; definir, em colaboração entre Estado e municípios, parâmetros técnicos do custo de transporte escolar; destinar recursos específicos para o custeio da meia passagem ou do passe livre estudantil; e garantir financiamento para a oferta de cursos de graduação e posteriores aos profissionais da educação básica.

DIRETRIZES

Entre as diretrizes estabelecidas estão a erradicação do analfabetismo; a universalização do atendimento escolar; a superação das desigualdades educacionais; a melhoria da qualidade da educação; a formação para o trabalho e para a cidadania; a promoção do princípio da gestão democrática da educação pública; a promoção humanística, científica, cultural e tecnológica do País; a aplicação de recursos públicos que assegurem atendimento às necessidades de expansão, com padrões de qualidade e equidade; a valorização dos profissionais da educação; e a promoção dos princípios do respeito aos direitos humanos, à diversidade e à sustentabilidade socioambiental.

O plano é composto por 20 metas que se desdobram em estratégias previstas para alcançar os resultados pretendidos.

Uma das metas é elevar para 50% o número de pessoas matriculadas no ensino superior, independentemente de sua idade, e para 33% o número de indivíduos matriculados no ensino superior dentro da faixa etária de 18 a 24 anos.

ENCONTROS

Já foram realizados encontros regionais em outros municípios mineiros (Coronel Fabriciano, Sete Lagoas, Montes Claros, Varginha, Araxá, Paracatu e Divinópolis). Além disso, o Plenário da ALMG foi palco de debate público sobre o assunto em 19 de fevereiro.



PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

De acordo com dados constantes no Plano Municipal de Educação de Ubá, previsto pela Lei Municipal 4.299, de 2015, a região da Zona da Mata é formada por 143 municípios agrupados em sete microrregiões: Cataguases, Juiz de Fora, Manhuaçu, Muriaé, Ponte Nova, Ubá e Viçosa.

A região possui uma população de 2.272.725 habitantes, segundo dados do IBGE de 2013, e a cidade de Ubá representa 12,3% da população total.

No que se refere à estrutura demográfica da cidade, o segmento de crianças e jovens reduziu de 27%, em 2000, para 21,9% da população em 2010, totalizando 22.234 habitantes.

O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) de Ubá era de 0,724, em 2010, situando o município na faixa de desenvolvimento humano alto. As dimensões que mais contribuem para esse resultado são a longevidade, a renda e a educação, esta última com índice de 0,620.

DADOS DA EDUCAÇÃO EM UBÁ

A educação básica (Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio) é oferecida, de acordo com o IBGE/Censo de 2012, em 39 escolas de ensino fundamental, 11 escolas de ensino médio e 27 escolas de ensino pré-escolar. No que se refere à educação superior, são sete instituições credenciadas pelo MEC, três delas com oferta em educação presencial e quatro na modalidade de educação à

distância.

A cidade conta ainda com o apoio do Senai, em cursos profissionalizantes, e com a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (Apae).

Conforme dados do Plano Municipal, na educação infantil o percentual de frequência nas escolas é de 13,9%, na faixa etária de zero a três anos, e de 89,5%, na faixa etária de 4 e 5 anos. A ampliação da oferta da educação infantil é um grande desafio da cidade e o maior problema enfrentado pelo município, quanto ao oferecimento da educação infantil, é a inexistência de espaço físico condizente com as normas técnicas.

Ainda segundo dados do Plano, no ensino fundamental, 97% da população de Ubá compreendida entre os 6 e os 14 anos frequenta a escola, percentual próximo ao da Zona da Mata (97,5%), mas um pouco abaixo do de Minas Gerais (98,6%).

O total de jovens de 16 anos que concluíram pelo menos o ensino fundamental chega aos 56% em Ubá, contra 59,7% na Zona da Mata e 72,3% em Minas Gerais.

O percentual da população entre 15 e 17 anos que frequenta a escola chega aos 78,3%, embora nem todos os jovens desse total estejam inseridos no Ensino Médio.

No município de Ubá, o Ensino Médio é oferecido pela rede estadual e privada, sem a participação efetiva do município.

Além disso, a taxa de analfabetismo funcional da população de 15 anos ou mais em Ubá é de 26%, contra 27,9% da região da Zona da Mata e 31,9% de Minas Gerais.

Loteamentos com suspeitas de irregularidades são denunciados pelo Legislativo

Três loteamentos da cidade foram denunciados ao Ministério Público da Comarca de Ubá, no mês de março, pelo vice-presidente da Câmara, vereador Rafael Faêda de Freitas, por meio de representações discutidas e aprovadas em plenário.

O vereador solicita que a promotora de Justiça Thais Lamim Leal Thomaz instaure procedimento judicial cabível contra a Prefeitura Municipal de Ubá, por autorizar as licenças dos loteamentos Monte Ébano, Santa Cecília e Miquelina, que estariam em situação irregular.

Segundo Faêda, o loteamento Monte Ébano (rua Dr. Domingos Peluso, de propriedade da VR Participações, Empreendimentos e Locações Ltda) não respeita a previsão legal de inclinação máxima de 30% do terreno e impactos ambientais. “Há um descaço com relação ao escoamento das águas pluviais, pois,

há um córrego nas proximidades que pode ser prejudicado por não comportar a nova demanda. É necessário que sejam impedidas as vendas de lotes, bem como quaisquer tipos de obra no local, salvo quando as irregularidades forem sanadas”, explicou o vereador.

Consta na representação, também, que o loteamento Santa Cecília, próximo ao bairro Xangrilá, de propriedade da JLB Empreendimentos Imobiliários, seja embargado, devido aos impactos ambientais provocados naquela região.

Conforme o vereador, esta obra gera grandes impactos ambientais, com a derrubada de árvores centenárias (angico), além do descaço em relação ao escoamento de águas pluviais. “Recentemente, a região do bairro Waldemar de Castro, conhecida como Beco do Sapo, sofreu com as enchentes devido à ausência de estudos sobre o

escoamento de água dos novos loteamentos. Cita-se, também, como exemplo, a enchente na rua Major Mendes Sobrinho, no bairro São Domingos, em razão de um novo loteamento nas adjacências, quando muitos moradores perderam seus bens. Nas referidas situações, não houve a preparação para que os córregos dos bairros vizinhos recebessem a nova demanda de água”, ressaltou o vereador.

Rafael Faêda esclarece, também, que solicitou o embargo do loteamento Miquelina, próximo ao Bairro Santa Bernadete, devido aos impactos ambientais provocados naquela região. “Este loteamento está gerando grande temor aos moradores das comunidades vizinhas, em razão da inexistência de destino apropriado para o escoamento das águas pluviais. Há uma situação de grande risco quanto ao período de chuvas,

que pode ocasionar grandes transtornos aos moradores, principalmente para aqueles que residem na parte baixa do bairro Santa Bernadete, região que não está preparada para receber tal demanda”, afirmou Rafael.

Ainda de acordo com o vereador, a população ubaense já presenciou situações em que a abertura de lotes, sem os devidos cuidados inerentes, gerou transtornos irremediáveis aos moradores. “Cito como exemplo o trágico alagamento no bairro São Domingos, quando muitos moradores perderam seus pertences, especialmente na rua Major Mendes Sobrinho; a enchente no próprio Bairro Santa Bernadete em 2013; e o alagamento de casas e comércios da rua XV de Novembro, no Centro, quando vários comerciantes perderam bens”, concluiu.



Câmara atende servidores e rejeita concessão de abono salarial



Servidores públicos municipais, representantes de associações e sindicatos e da sociedade civil marcaram presença na reunião extraordinária da Câmara Municipal de Ubá (CMU), em 31 de março.

A participação deste público foi motivada pela tramitação do Projeto de Lei nº 026/16, que “dispõe sobre a concessão de Abono para os Servidores Públicos do Executivo Municipal de Ubá”, enviado pelo prefeito. O PL foi rejeitado por

unanimidade pelos vereadores.

Carregando cartazes, eles pediam o reajuste no salário e não a concessão de abono, conforme proposto pela Prefeitura. O presidente da CMU, vereador Samuel Gazolla, convidou o servidor público municipal, Maurício Fabiano, para falar em nome dos demais, mediante inscrição realizada antes do início da reunião.

Segundo Maurício Fabiano, desde o mês de setembro os servidores estão

em busca de seus direitos, solicitando que a Prefeitura realizasse a revisão geral anual das remunerações, com base no Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo. “A revisão pelo IPCA, a inflação oficial do país, é direito garantido na Constituição em seu artigo 37, inciso X. A crise gerou uma inflação de 10,67% e nós só queremos chegar a este patamar. Diante da negativa do chefe do Executivo, buscamos meios legítimos de lutar pelos nossos direitos. E nós, servidores, durante assembleia decidimos, por unanimidade, que não aceitamos este abono de cem reais”, explicou.

A concessão de reajuste e não de abono também foi defendida pelo vereador Jorge Gervásio. “Durante os três mandatos meus, sempre lutei junto aos outros vereadores por melhores salários para os servidores. Sempre solicitei que fosse dado o aumento justo e que a lei permite. Este abono é uma esmola e tenho certeza que os servidores não querem”, afirmou.

Outros parlamentares também justificaram seus posicionamentos durante a sessão. “Se vocês, que são beneficiados com o abono, não concordam com ele, não somos nós

que vamos votar favorável a este projeto”, disse o vereador Carlos Rufato.

Para o vereador Vinícius Samôr, a crise não pode ser usada para justificar a não concessão do reajuste com base no IPCA, que nada mais é do que a recomposição das perdas salariais do ano anterior. “Vejo na estratégia de conceder o abono, e não o reajuste, uma tentativa de enganar servidores e vereadores. O abono, ao contrário do que diz o artigo 2º do projeto encaminhado pelo Executivo, não pode ser incorporado ao salário. E digo mais: o prefeito não conceder o reajuste garantido pela Constituição Federal é crime de responsabilidade e deve ser denunciado”, ressaltou.

Já o vereador Oswaldo Peixoto comentou que quando o prefeito mandar para a Câmara algum projeto que não seja bom para a população, tal matéria sempre terá seu voto contrário.

Encerrando a discussão sobre o projeto, o vice-presidente da CMU, vereador Rafael Faêda, disse considerar a proposta de abono um desrespeito ao servidor público municipal, enfatizando que a Câmara vota consciente ao rejeitar a matéria.

Ubá tem agora onze vereadores mirins

Projeto inovador da CMU é lançado em cerimônia que reúne dezenas de pessoas, autoridades e comunidade escolar



Cerca de setenta pessoas, entre estudantes, professores das escolas da rede estadual de Ubá e autoridades do município, participaram da cerimônia de posse do Projeto Câmara Mirim. O evento foi realizado no plenário da Câmara Municipal de Ubá (CMU), na quarta-feira (6). Onze estudantes foram empossados no cargo de vereadores mirins.

O legislativo ubaense foi representado

pelo presidente da Câmara Municipal de Ubá, Samuel Gazolla Lima, pelos vereadores Rafael Faêda de Freitas (vice-presidente), Rosângela Maria Alfenas de Andrade (secretária), Vinícius Samôr de Lacerda (diretor da Escola do Legislativo), pastor Darci Pires, Carlos Rufato e José Alves.

Na solenidade, os vereadores da CMU entregaram aos vereadores mirins os diplomas conferidos pela Escola do

Legislativo da Câmara Municipal de Ubá.

Por ser o estudante mais velho, John Ronys, da Escola Estadual Deputado Carlos Peixoto Filho, assumiu interinamente a presidência da Câmara Mirim, conforme o Regimento Interno da CMU, e proferiu o juramento repetido por todos.

Segundo o presidente da CMU, Samuel Gazolla Lima, desde o ano passado os vereadores estão trabalhando numa proposta de se ter uma Câmara mais inclusiva, mais participativa e mais aberta à população. “Fizemos esta parceria importante com as escolas do município, por meio da Superintendência Regional de Ensino, e eu tenho certeza de que no momento em que conseguirmos fomentar, junto às escolas e aos estudantes, a participação na política, poderemos sim, por meio do debate e das discussões, contribuir para a construção de uma cidade melhor para se viver”, destacou Samuel.

Já o diretor da Escola do Legislativo, vereador Vinícius Samôr de Lacerda, destacou a importância e a responsabilidade de os vereadores mirins representarem as suas respectivas escolas e resgatar, de forma coletiva, os sonhos e as esperanças da comunidade. “Vocês terão a oportunidade de conhecer um pouco mais sobre o funcionamento da Câmara Municipal de Ubá e, mais do que isso, recebem hoje a missão coletiva de pensarem em políticas públicas, em ações e projetos voltados para um contexto fundamental que é o do meio ambiente”, concluiu Vinícius.

A estudante eleita presidente da Câmara Mirim, Phaula Ferreira Navarro, da Escola Estadual Professor Lívio de Castro Carneiro, agradeceu aos colegas que a escolheram por meio de votação. “Agradeço o apoio da minha família e da minha escola e digo que eu vou fazer o melhor para a nossa cidade”, enfatizou Phaula.

O PROJETO

Coordenado pela Escola do Legislativo da CMU, o projeto Câmara Mirim tem o objetivo de promover a interação entre o Poder Legislativo, a sociedade e a escola, permitindo ao estudante compreender o contexto social em que vive, contribuindo para a formação da cidadania e o entendimento dos aspectos políticos, sociais e econômicos da sociedade brasileira. O projeto foi criado por meio do requerimento nº 258/2015, de

autoria do vereador Samuel Gazolla, e aprovado por unanimidade em plenário.

As propostas, sugestões e estudos discutidos e apresentados pelos vereadores mirins, serão encaminhados pelo Legislativo aos setores competentes, divulgados e transformados em políticas públicas para todos.

Serão realizadas discussões e reflexões sobre os problemas que mais atingem a população. Os estudantes serão estimulados a pensar como um vereador e apresentar sugestões para a melhoria da sua rua, da comunidade, do bairro e da cidade. E ao longo do ano, discutirão vários assuntos relacionados à cidade, com ênfase no meio ambiente.

VEREADORES MIRINS

Allan Severiano dos Santos (E.E. Cesário Alvim); Emiliane Aparecida Pinto Gonçalves e Leticia Cristina Lima de Assis (E.E. Eunice Weaver); Ismael Almeida Andrade de Melo (CESEC Professor José de Castro); John Ronys (E.E. Deputado Carlos Peixoto Filho); Laura de Oliveira Coimbra e Maria Eduarda Gravina (E.E. Coronel Camilo Soares); Luana da Silva Ambrósio (E.E. Barão do Rio Branco); Marco Antônio Soares Pacheco (E.E. Coronel João Ferreira de Andrade); Mariana Silva Braga (E.E. José Januário Carneiro) e Phaula Ferreira Navarro (E.E. Professor Lívio de Castro Carneiro).

VEREADORES MIRINS SUPLENTE

O projeto conta também vereadores mirins suplentes: Isabela Claudino (Escola Estadual Professor Lívio de Castro Carneiro); Leonardo Emídio Pires Antonucci (E.E. Camilo Soares); Leticia Cristina Lima de Assis (E.E. Eunice Weaver); Marcela de Assis Magalhães (E.E. Cesário Alvim); Nayara Garcia dos Santos Romanholi (E.E. Coronel João Ferreira de Andrade); e Vitória Bento da Silva (E.E. José Januário Carneiro).

MESADIRETORA

Eleita por aclamação, a mesa diretora ficou assim constituída: Phaula Ferreira Navarro (presidente da Câmara Mirim); Mariana Silva Braga (1ª vice-presidente); Laura de Oliveira Coimbra (2ª vice-presidente); Maria Eduarda Gravina (1ª secretária) e Marco Antônio Soares Pacheco (2ª secretário).

CÂMARA MUNICIPAL DE UBÁ CADA VEZ MAIS PARTICIPATIVA, INTERATIVA E CIDADÃ!

